Demonstrações financeiras em 30 de junho de 2020

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balanços patrimoniais	6
Demonstração do resultado	7
Demonstração do resultado abrangente	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa - Método Indireto	10
Demonstração do valor adicionado	11
Notas explicativas às demonstrações financeiras	12



KPMG Auditores Independentes
Avenida Carlos Gomes, 258 - 6º andar, salas 601 a 606 - Boa Vista
90480-000 - Porto Alegre/RS - Brasil
Caixa Postal 18511 - CEP 90480-000 - Porto Alegre/RS - Brasil
Telefone +55 (51) 3327-0200
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e acionistas da

Grazziotin Financiadora S/A. - Crédito, Financiamento e Investimentos

Passo Fundo - RS

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Grazziotin Financiadora S/A. - Crédito, Financiamento e Investimentos ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Grazziotin Financiadora S/A. - Crédito, Financiamento e Investimentos em 30 de junho de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Auditoria das demonstrações financeiras do exercício anterior

Os balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2019 e as demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa e respectivas notas explicativas para o semestre findo em 30 de junho de 2019, apresentados como valores correspondentes nas demonstrações financeiras do exercício corrente, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório em 18 de julho de 2019 e 06 de fevereiro de 2020, sem modificação.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 15 de outubro de 2020

KPMG Auditores Independentes CRC SP-014428/F-7

Cristiano Jardim Seguecio Contador CRC SP-244525/O-9 T-RS

Balanços patrimoniais em 30 de junho de 2020 e de 31 de dezembro 2019

(Em milhares de Reais)

	Nota	30/06/2020	31/12/2019		Nota	30/06/2020	31/12/2019
				Depósitos e Demais		11.384	6.051
Caixa e Equivalentes de Caixa	4	151	14	Recursos de aceites cambiais		11.384	6.051
				Recursos de aceites cambiais	8	11.384	6.051
Instrumentos Financeiros		34.760	27.866	Outros Passivos		2.492	638
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5	7.421	8.460	Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados		21	29
Operações de Crédito	6	27.339	19.406	Fiscais e previdenciárias Outras obrigações - diversas	9	156 2.315	84 526
Provisão para perdas esperadas Associadas ao Risco de Crédito		(191) (191)	(181) (181)				
Operações de Crédito	6	(191)	(181)	Patrimônio líquido	10	21.293	21.009
				Capital Social Reserva legal Reserva estatutária		18.000 1.647 1.646	18.000 1.633 1.376
Outros ativos	7	449	0				
Total do ativo		35.169	27.699	Total do passivo		35.169	27.699

Demonstração do resultado

Semestres findos em 30 de junho de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

	Nota	jun/20	jun/19
Receita da intermediação financeira	12	1.488	1.612
Rendas de operações de crédito		1.285	1.306
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	-	202	306
Despesa da intermediação financeira		(170)	(165)
Operações de captação no mercado		(42)	(120)
Provisão para crédito perdas esperadas	-	(128)	(45)
Resultado bruto da intermediação	-	1.318	1.447
Outras receitas (despesas) operacionais		(802)	(978)
Receita de prestação de serviços		31	66
Remuneração dos Administradores	15.a	(474)	(476)
Despesas de pessoal		(66)	(70)
Outras despesas administrativas	13	(227)	(271)
Despesas tributárias	14	(65)	(227)
Resultado antes da tributação sobre o lucro	-	516	469
Imposto de renda e contribuição social	-	(232)	(166)
Imposto de renda e contribuição social correntes	11	(232)	(166)
Lucro líquido do período e exercício	=	284	303
Quantidade de ações do capital social		200.000	200.000
Lucro líquido por ação		0,0014	0,0015

Demonstração do resultado abrangente

Semestres findos em 30 de junho de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

	jun/20	jun/19
Lucro líquido do período	284	303
Outros resultados abrangentes	0	0
Resultado abrangente total	284	303
Resultado abrangente do período atribuível a: Acionistas controladores	284	303

As notas explicativas são parte integrante das informações intermediárias.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Semestres findos em 30 de junho de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

			Reserva	de lucros		
	Nota	Capital social	Reserva legal	Reserva estatutária	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2018		18.000	1.601	753		20.354
Lucro líquido do período Destinação do lucro		- -	- -	- -	303	303
Saldos em 30 de junho de 2019		18.000	1.601	753	303	20.657
Mutações do patrimônio						
Saldos em 31 de dezembro de 2019		18.000	1.633	1.376		21.009
Lucro líquido do período Reserva Legal		- -	- 14	- -	284 (14)	284
Saldos em 30 de junho de 2020	10	18.000	1.647	1.376	270	21.293
Mutações do patrimônio			14	<u> </u>	270	284

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

Semestres findos em 30 de junho de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

	jun/20	jun/19
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do período e exercício	284	303
Ajustes para conciliar o resultado ao caixa e equivalentes de caixa gerados pelas atividades operacionais:	359	211
Provisão para operações de crédito	128	45
Imposto de renda e contribuição social	232	166
Variações nos ativos e passivos	(300)	(181)
Redução em aplicações interfinanceiras de liquidez	1.039	2.521
(Aumento) em operações de crédito	(8.051)	(254)
(Aumento)/Redução em outros créditos	(449)	127
Aumento em recursos de aceites cambiais	5.333	(1.174)
Aumento em outras obrigações	1.828	(1.401)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(206)	-
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	137	333
Aumento/(Redução) no caixa e equivalentes de caixa	137	333
No início do período e exercício	14	67
No fim do período e exercício	151	400

Demonstração do valor adicionado

Semestres findos em 30 de junho de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

	jun/20	dez/19
Receitas	1.361	3.042
Rendas de Operações de crédito	1.285	2.542
Rendas de Prestação de Serviços	31	121
Provisão Operações de Crédito	(128)	(128)
Outras	173	507
Despesas de aceites cambiais	(42)	(169)
Insumos adquiridos de terceiros	(185)	(448)
Serviços de Terceiros	(215)	(481)
Recuperação de Créditos Baixados com Prejuízo	29	33
Valor adicionado bruto	1.134	2.425
Valor adicionado total a distribuir	1.134	2.425
Distribuição do valor adicionado	1.134	2.425
Pessoal	541	1.079
Remuneração Direta	427	846
Beneficios	18	26
Encargos Sociais	97	207
Impostos, taxas e contribuições	308	691
Federais	302	689
Municipais	6	2
Remuneração de capitais próprios	284	655
Lucros Retidos	284	655

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Grazzioitin Financiadora S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos ("Financeira") instituição financeira privada nacional, com sede em Passo Fundo, Estado do Rio Grande do Sul, foi constituída em 2004 e está autorizada a operar com financiamento de operações de compra a prazo, de operações de crédito pessoal.

Grazziotin Financiadora tem o intuito de oferecer aos clientes das lojas do Grupo financiamento através do Crédito Direto ao Consumidor (CDC) e Crédito Pessoal, atendendo as necessidades financeiras dos clientes.

2 Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras da Grazzioitin Financiadora S.A. Crédito, Financiacmentos e Investimentos ("Financeira", "Companhia") foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e de acordo com as normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), quando aplicável.

A apresentação dessas demonstrações financeiras está em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF) e os Pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Banco Central do Brasil até o momento.

As demonstrações financeiras incluem estimativas e premissas, como estimativa do valor justo de determinados instrumentos financeiros, provisão para contingências, provisão para créditos de liquidação duvidosa e outras provisões. Os resultados efetivos podem ser diferentes daquelas estimativas e premissas. A Financeira efetua a revisão das estimativas e das premissas pelo menos semestralmente.

Em 10 de setembro de 2020, a Diretoria executiva aprovou as demonstrações financeiras e autorizou divulgá-las, a partir dessa data.

3 Descrição das principais práticas contábeis

a. Moeda funcional

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Financeira. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

b. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira, quando aplicável, aplicações interfinanceiras de liquidez, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo, que são utilizados pela Instituição para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

Alíquotas vigentes

c. Apuração de resultados

As receitas e as despesas são escrituradas pelo regime de competência.

d. Aplicações interfinanceiras de liquidez

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos a apropriar correspondentes a períodos futuros.

e. Operações de crédito e provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

As operações estão classificadas de acordo com as características de garantia e os valores individuais envolvidos, e a constituição da provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa foi definida para cobrir eventuais perdas e leva em consideração os riscos específicos e globais da carteira, bem como as diretrizes estabelecidas pela Resolução nº 2.682, de 21 de dezembro de 1999 do CMN.

As baixas de operações de crédito contra prejuízo (*write-offs*) são efetuadas após decorridos seis meses de sua classificação no *rating* "H", desde que apresentem atraso superior a 180 dias. O controle das operações de crédito ocorre em contas de compensação por, no mínimo, cinco anos, não sendo registrados posteriormente.

As rendas de operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas quando da data da renegociação. As renegociações que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação, são classificadas como nível "H", e as eventuais receitas provenientes da renegociação somente são reconhecidas quando efetivamente recebidas. Quando houver amortização significativa da operação ou quando novos fatos relevantes justificarem a mudança do nível de risco, poderá ocorrer a reclassificação da operação para categoria de menor risco.

f. Tributos

Tributos

Os tributos são apurados com base nas alíquotas demonstradas no quadro a seguir:

	1
Imposto de Renda (15% + adicional de 10%)	25%
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)	20%
PIS/PASEP	0,65%
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS)	4%
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN)	2,2% e 4,2%

g. Estimativas

Na elaboração das demonstrações financeiras é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As informações financeiras da Financeira incluem estimativas e premissas, como a mensuração de provisões para perdas com operações de crédito, estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros, provisão para contingências, outras provisões e projeções de realização de créditos tributários. Os resultados efetivos podem ser diferentes daquelas estimativas e premissas. A Financeira revisa as estimativas e as premissas pelo menos trimestralmente.

h. Reapresentação dos saldos comparativos

Os balanços patrimonias de 31 de dezembro de 2019, as demonstrações de resultado e as demonstrações dos fluxos de caixa de 30 de junho de 2019, apresentadas para fins de comparação, foram reclassificados conforme Resolução nº 4.720/19 do CMN e Circular nº 3.959/19 do Bacen. Como consequência, as nomenclaturas e/ou saldos apresentados nessas demonstrações financeiras podem diferir daqueles apresentados em períodos anteriores, conforme demonstrado a seguir.

Balanço Patrimonial - Ativo				
De	Para	Publicado em 31/12/2019	Reclassificações	31/12/2019 (Reapresentações)
Disponibilidade	Caixa e equivalente de caixa	14	(14) 14 181	14
Provisão para Perdas em Operações de Crédito Outros Créditos	Provisão p/Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito Outros ativos	(181)	(181)	(181)
	Balanço Patrimo	nial - Passivo		
De	Para	Publicado em 31/12/2019	Reclassificações	31/12/2019 (Reapresentações)
Diversas	Outras obrigações - Diversas	526	(526) 526	526

Demonstrações do Resulta

	De	Para	Publicado em 31/12/2019	Reclassificações	(Reap	31/12/2019 resentações)
	Operações de Crédito Operações p/ Créditos de Liquidação Duvida	Renda de operações de crédito Provisão para crédito perdas esperadas	1.306 119	(1.306) 1.306 (119) 119		1.306 119
4	Caixa e equiva	llente de caixa				
				2	2020	2019
	Disponibilidades (a)				151	14
	Total				151	14
(a)	Disponibilidades são rej	presentadas por depósitos bancários.				
5	Aplicações into	erfinanceiras de liquide	e Z			
				2	2020	2019
	Depósitos interfinancei	ros (a)		7	.421	8.460
	Total			7	.421	8.460
	Circulante Não circulante			7	.421	8.460

⁽a) São aplicações em CDI/DI com taxa de 96,5 a 97% e normalmente mantidas até o vencimento.

6 Operações de crédito

As operações de crédito são compostas de empréstimos e financiamentos concedidos a pessoas físicas, decorrentes de operações de aquisições de mercadorias através de CDC. Essas operações estão classificadas de acordo com o previsto na Resolução nº 2.682, de 21 de dezembro de 1999 do CMN, em função das características de garantia e dos valores individuais envolvidos. As operações de CDC são garantidas em seu vencimento através do correspondente.

a. Composição das operações de crédito

	2020	2019
Setor privado Empréstimos – CPP Financiamento – CDC Provisão para créditos de liquidação duvidosa	128 27.211 (191)	535 18.871 (181)
Total	27.148	19.225
Circulante	27.148	19.225
Total	27.148	19.225

Tipo cliente	Empréstimos CPP	Financiamento CDC	Total 2020	Total 2019
Pessoas físicas	128	27.211	27.339	19.406
Total da carteira	128	27.211	27.339	19.406
Total da provisão para créditos de liquidação duvidosa	(50)	(141)	(191)	(181)
Total líquido	78	27.070	27.148	19.225

b. Composição da carteira por vencimento

As operações de crédito apresentam o seguinte perfil por faixa de vencimento das parcelas:

Vencimento	Empréstimos CPP	Financiamento CDC	Total 2020	Total 2019
Vencidos A partir de 15 dias	30	16	46	32
A Vencer Até 3 meses De 3 a 12 meses	33 65	9.065 18.130	9.098 18.195	6.458 12.916
Total da carteira	128	27.211	27.339	19.406
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - Curto prazo	(50)	(141)	(191)	(181)
Total provisão para créditos de liquidação duvidosa	(50)	(141)	(191)	(181)
Total líquido	78	27.070	27.148	19.225

c. Composição da carteira de operações de crédito

	Provisão em 2020				
			-	Mínii (Resolução n	
Nível	Empréstimos CPP	Financiamento CDC	Total	%	em R\$
A	98	27.195	27.293	0,5%	136
В	4	3	7	1,0%	0
C	3	5	8	3,0%	1
D	2	-	2	10%	0
Е	2	_	2	30%	1
F	2	-	2	50%	1
G	2	_	2	70%	2
Н	15	8	23	100%	23
Total	128	27.211	27.339	_	164

Pr	ovisã	o em	201	19

			_	Míni (Resolução r	
Nível	Empréstimos CPP	Financiamento CDC	Total	%	em R\$
A	409	18.860	19.269	0,5%	96
В	16	2	18	1,0%	0
C	11	3	14	3,0%	0
D	8	1	9	10%	1
E	7	-	7	30%	2
F	9	-	9	50%	5
G	11	-	11	70%	8
Н	64	5	69	100%	69
Total	535	18.871	19.406	=	181

d. Movimentação da provisão para crédito de liquidação duvidosa

	2020	2019
Saldo inicial – dezembro exercício anteior Constituição/reversão de provisão para créditos de liquidação duvidosa Créditos baixados contra prejuízo (a)	181 96 (86)	155 53 (27)
Saldo final	191	181

⁽a) Os créditos baixados contra prejuízos obedecem às práticas contábeis descritas na Nota Explicativa nº 3.e. No primeiro semestre de 2020 foram recuperados R\$ 29 (R\$ 19 no semestre findo em 30/06/2019) dos valores baixados como prejuízo. A empresa não adota renegociação.

7 Outros ativos

	2020	2019
Devedores diversos - País (a)	449	
Total	449	
Circulante	449	
Total	449	

⁽a) O valor a receber refere-se aos valores das parcelas a repassar das operações de crédito, para as quais a controladora indireta Grazziotin S/A atua como correspondente bancário.

8 Obrigações com aceites cambiais

	2020	2019
A vencer até 3 meses	-	_
A vencer de 3 a 12 meses	-	-
A vencer de 1 a 3 anos (a)	11.384	6.051
A vencer de 3 a 5 anos		
Total	11.384	6.051

(a) Refere-se a valores aplicados pela controladora indireta Grazziotin S/A mediante aquisição de letras de câmbio.

9 Outras obrigações - Diversas

	2020	2019
Credores diversos - País (a)	2.286	498
Provisão para pagamentos a efetuar (b)	18	23
Outras	11	5
Total	2.315	526
Circulante	2.315	526
Exigível em longo prazo		
Total	2.315	526

⁽a) O valor de credores diversos país referem-se a valores nas operações de empréstimos e financiamentos com a controladora indireta Grazziotin S/A.

10 Patrimônio líquido

Capital social

O capital social subscrito e integralizado está representado por 200.000 ações ordinárias nominativas sem valor nominal de acionistas domiciliados no País.

Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

Juros sobre capital próprio/dividendos

Conforme o parágrafo segundo, do art. 14, do estatuto, é assegurada a distribuição de dividendos obrigatórios de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado nos termos do art. 202, da Lei nº 6.404/76 alterada pela lei 10.303/01.

⁽b) Refere-se a pagamentos a fornecedores a vencer nos próximos 30 dias.

11 Imposto de renda e contribuição social

Demonstramos, abaixo, a apuração do imposto de renda e da contribuição social para o semestre findo em 30 de junho de 2020 e 2019.

a. Imposto de renda e contribuição social correntes

	2020	2019
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	516	470
Efeito das adições e das exclusões no cálculo dos tributos	61	(14)
Diferenças temporárias de provisões (-) Exclusões por perdas fiscais Adições permanentes	83 (22)	9 (23)
Base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social	577	456
Imposto de renda e contribuição social - Corrente	232	166

Em 30 de junho de 2020, o montante não reconhecido relativo aos créditos tributários sobre diferenças temporárias (ativos fiscais diferidos) é de R\$ 62 (R\$ 45 em 31 de dezembro de 2019). Não existem valores sob decisão judicial.

12 Receita de operações de crédito

	2020 1° Semestre	2019 1° Semestre
Receita com juros contratuais Resultado de operações com aplicações interfinanceiras	1.285 202	1.306
Total	1.488	1.612

13 Outras despesas administrativas

	2020	2019
Despesas de serviços de terceiros (a)	41	51
Despesas com processamento de dados	112	86
Despesas com propaganda e publicidade	28	17
Despesas de comunicações	-	14
Corretagens e emolumentos	33	23
Impostos e taxas	10	1
Despesas bancárias	3	79
Total	227	<u>271</u>

⁽a) Em 30 de junho de 2020, do montante de R\$ 41 (R\$ 51 em 2019) da conta de despesas de serviço de terceiros, R\$ 24 (R\$ 25 em 2019) referem-se a custos de transações realizadas com auditores externos.

14 Despesas tributárias

	Alíquota	2020	2019
Programa de Integração Social (PIS)	0,65%	9	11
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS)	4,00%	56	215
Imposto Sobre Serviços (ISS)	2,00%		1
Total		65	227

15 Transações com partes relacionadas

a. Remuneração dos administradores

No semestre findo em 30 de junho de 2020 e 2019, os benefícios proporcionados pela Financeira na forma de remuneração fixa, conforme as responsabilidades de seus Administradores, estavam assim compostos:

	2020	2019
Remuneração Encargos sociais	388 86	388 88
Total	474	476

b. Prestação de serviços

Nos semestres findos em 30 de junho de 2020 e 2019, os beneficios proporcionados pela Financeira na forma de remuneração a empresas relacionadas, pertencente ao mesmo grupo econômico, estavam assim compostos:

	2020	2020		2019	
	Patrimonial	Resultado	Patrimonial	Resultado	
CDC Correspondente - a receber CDC Correspondente - a pagar	449 (2.286)		(498)		
Total	(1.837)		(498)		

c. Captação de recursos

A captação de recursos oriunda de partes relacionadas, a qual obedece às condições praticadas no mercado, nos semestres findos em 30 de junho de 2020 e 2019, proporcionou, na forma de saldo em captação e juros apropriados as partes relacionadas a seguinte composição:

	202	2020		2019	
	Patrimonial	Resultado	Patrimonial	Resultado	
Letras de câmbio	11.384	(42)	6.051	(119)	
Total	11.384	(42)	6,051	(119)	

16 Passivos contingentes

Em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019, a Financeira não possuía causas trabalhistas e cíveis com probabilidade de perda provável e/ou possível que devessem ser provisionadas e divulgadas.

17 Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros

a. Gestão integrada de risco:

O gerenciamento de riscos é considerado um dos elementos essenciais na condução das atividades da instituição, adotando práticas em absoluta consonância com os preceitos do Acordo de Basiléia II. Entre os principais riscos gerenciados pela instituição, destaca-se, o operacional, o de mercado, o de crédito e o de liquidez, cujas estruturas estão apresentas a seguir.

O gerenciamento de riscos é regulamentado pela resolução nº 4.557 de 23/02/17, segundo a qual a instituição estrutura suas políticas e diretrizes para a atividade de gerenciamento dos riscos.

b. Risco de mercado:

Define-se risco de mercado, a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pelas instituições financeiras.

A gestão dos riscos de mercado pela instituição, consiste no processo de identificação e avaliação dos riscos existentes ou potenciais, e no seu efetivo monitoramento e controle, conduzidos através da adoção de limites consistentes com as estratégias de negócios, de políticas e processos de gestão e de metodologias voltadas a sua administração e à alocação de capital econômico compatível com os riscos incorridos.

A exposição da Instituição ao Risco de Mercado é reduzida, devido à Instituição não operar com ativos de maior risco, tais "commodities" e moedas estrangeiras.

c. Risco de crédito:

O Risco de Crédito define-se como sendo a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pela contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados.

A Gestão do Risco de Crédito consiste em trabalhar preventivamente, desde a liberação até a recuperação do crédito, estimando, segundo critérios consistentes e prudentes, limites aceitáveis de perdas e adotando índices para essa avaliação. Para manter essa exposição em níveis aceitáveis, contem políticas e estratégias documentadas em manuais.

d. Gerenciamento de capital:

Com a ampliação das operações sem acréscimo, a necessidade de capital na Financiadora ficou reduzida. Os recursos passaram a ser utilizados na Controladora.

Entretanto, se as condições de mercado se alterar, esta disponibilizará os recursos necessários.

Para melhor controle e avaliação dessas necessidades, a instituição possui estrutura de Gerenciamento de Capital (Resolução Bacen nº 4.557/17), prevendo entre outros, o planejamento de metas e projeções de capital, de ativos, passivos, receitas e despesas, as ameaças e oportunidades relativas ao ambiente econômico e de negócios, bem como metas de crescimento.

e. Risco de liquidez:

Entende-se por liquidez a capacidade de uma instituição honrar seus compromissos financeiros no vencimento, incorrendo em pouca, ou nenhuma perda. E define-se como gestão do risco de liquidez, o conjunto de processos que visam garantir a capacidade de pagamento da instituição, considerando o planejamento financeiro, os limites de riscos e a otimização dos recursos disponíveis. Não importa qual o fator que inicie o colapso em uma instituição financeira, a falta de liquidez será sempre o motivo de sua falência.

A Estrutura de Gerenciamento de Risco de Liquidez adotada pela Grazziotin Financiadora deve identificar, avaliar, monitorar e controlar os riscos associados a instituição.

18 Limite operacional (Acordo da Basileia)

No exercício findo em 30 de junho de 2020, a Empresa encontra-se enquadrada nos limites mínimos de capital e patrimônio compatível com o grau de risco da estrutura do ativo, conforme Normas e Instruções estabelecidas pela Resolução nº 2.099/94 e legislação complementar do Banco Central do Brasil.

	30/06/2020
Descrição	em R\$
Patrimônio De Referência para o Limite de Basileia (PRS5_LB)	21.293.066,39
Patrimônio De Referência (PRS5)	21.293.066,39
Patrimônio De Referência para o Limite de Imobilização (PRS5_LI)	21.293.066,39
Capital Social	18.000.000,00
Reservas De Capital, Reavaliação e de Lucros	3.009.190,05
LIMITE PARA IMOBILIZAÇÃO (LI)	10.646.533,20
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	20.361.255,86
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	20.361.255,86
VALOR DO RWARCSIMP	25.763.683,90
RWAOSIMP	1.026.026,50
MARGEM OU INSUFICIÊNCIA PARA O LIMITE DE EXPOSIÇÃO POR CLIENTE	5.318.712,20

Demonstrações financeiras em 30 de junho de 2020

MARGEM OU INSUFICIÊNCIA PARA O LIMITE PARA EXPOSIÇÕES CONCENTRADAS 127.758.398,34